GOVERNO CORTA VERBAS E ATACA AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

BARRAR O VETO E A INTERVENÇÃO!

Em seu último dia de governo, Cláudio Lembo (PFL) vetou a medida da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) que previa um pequeno aumento de verbas à educação de 9,57% para 10,43% do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias) às Universidades e 1% ao Centro Paula Souza.

Em seu primeiro dia de mandato, Serra sancionou o decreto nº. 51.461, criando a Secretaria de Ensino Superior, à qual o CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) passa a ser órgão subordinado. Este decreto agrega à composição do CRUESP três secretários de estado (Ensino Superior, Desenvolvimento e Educação), acabava com a rotatividade dos reitores na presidência do CRUESP, destituía sua atual presidenta (Suely, reitora da USP) nomeando o secretário de ensino superior como presidente. Era só a cereja do bolo, que estava por vir. Após negociações de bastidores entre a reitoria da USP e o governo, Serra fez um leve recuo, através do decreto nº. 51.535 em que reconduz a reitora à presidência, assim dá a cereja para manter o bolo.

As medidas de Serra não param por aí, não contente com o veto e a intervenção, o governo anuncia grandes cortes de verbas não só na área da Educação, mas também na Saúde Pública atacando o conjunto da população que vai sofrer as consequências. Foram duas medidas para as Universidades: contingenciar o orçamento com proibições de novas contratações e maior controle administrativo e diminuir o repasse de verbas, que segundo a Folha de São Paulo, a Unesp este mês recebeu somente 20% do que deveria (!). Agora sim chegamos à cobertura das medidas.

Serra também pretende incluir as Universidades no SIAFEM – Sistema Integrado de Administração e Finanças dos Estados e Municípios. Isto vai aumentar a burocracia nas operações da Universidade e chegar ao cúmulo de que se a Universidade quiser mudar o destino de suas verbas deverá pedir permissão à Secretaria de Planejamento, podendo até ser vetadas.

O objetivo deste conjunto de decreto e medidas é controlar diretamente a administração das universidades para cortar gastos e com isso reduzir os gastos do orçamento público estatal. Para isso, o Estado vai ter que arrochar o salário do funcionalismo universitário, avançar no processo de terceirização (tanto que Serra já proibiu qualquer contratação), sucatear ainda mais os cursos que não são voltados para potencializar a produtividade do capital e avançar no processo de privatização.

O controle direto da administração universitária por parte do estado tem o objetivo de disciplinar professores, funcionários e estudantes que levantaram mobilizações de resistência nos últimos anos. Trata-se de uma resposta as greves de resistência que em 2002, 2004, 2005 e 2006 lutaram pela contratação de professores e funcionários, reajuste salarial, por mais verbas para as universidades e obtiveram conquistas econômicas parciais e alguma publicidade da falta de verbas para o ensino superior no Estado de São Paulo.

Porém, se esta é o que podemos chamar da massa do bolo, o recheio ainda está por vir, uma possível reforma universitária tucana em São Paulo. Com esta nova composição o governo conseguirá aprovar nas Universidades o que não conseguiu em outros momentos como o projeto de expansão por via de cursos sequenciais de dois anos. Assim, o governo passa a ter o controle orçamentário da Universidade e através da Secretaria de Ensino Superior e da nova composição do CRUESP poderá impor sua política para passar uma reforma da Universidade. A intenção é aprofundar o plano (já bastante avançado) de ter uma pequena parcela do Ensino Superior como centros de excelência em pesquisa para o capital e para isto aprofundará a política de privatização por via de fundações privadas para que determinam o conteúdo a ser produzido nestes centros; enquanto à grande maioria ficará destinada a formar profissionais qualificados para as empresas capitalistas e para a burocracia estatal e a serviço deste objetivo estará a política de sucateamento das áreas básicas. É nessa lógica que Serra quebra o vínculo entre a UNESP e a FATEC, deixando a FATEC como única faculdade separada desta pasta, na antiga pasta de Ciência e Tecnologia para avançar ainda mais no processo de expansão de vagas irresponsável e sucateadora das FATEC's para mantê-la como faculdade responsável para formar trabalhadores qualificados para as grandes montadoras e empreiteiras.

Construir uma grande mobilização pela derrubada do veto e o decreto

Para barrar este ataque é preciso unir todas as forças que defendam a Universidade Pública e a autonomia universitária. Para isso precisamos unir todos os setores da Universidade dispostos a combater estas medidas, para em seguida buscar o apoio da sociedade.

Desde já as Associações de Docentes, os Sindicatos dos Trabalhadores, os DCE's e C.A.'s e o conjunto do Fórum das Seis precisam convocar assembléias unificadas em todas as unidades. O último boletim do SINTUNESP aponta a perspectiva correta pro movimento: todos às assembléias para preparar a greve! É isso que precisamos começar a fazer, construir desde as bases, em cada instituto, em cada unidade, em cada repartição assembléias e reuniões unitárias para **construir uma grande greve geral do ensino superior público paulista pela derrubada do veto e do decreto.**

Os administradores da Universidade, reitores, diretores, chefes de departamentos, conselheiros e congregados que dizem defender a universidade pública e a autonomia universitária não podem se manter calados frente a este ataque à universidade. Por isso, não só a administração, mas também a intelectualidade e as principais figuras públicas da academia devem utilizar seu peso político e seu prestígio acadêmico para soltar declarações na imprensa e apoiar a mobilização que nasce para fortalecê-la junto a sociedade para que possamos barrar este ataque.

Por isso estamos convocando uma reunião de estudantes, funcionários e professores do ensino público superior para discutir estas medidas de Serra e impulsionar a mobilização em cada faculdade antes do retorno as aulas no dia 24 de Fevereiro, que propomos que seja realizada na USP.

ASSINAM ESTA DECLARAÇÃO:

CACS – Marília, D.A. XV de Março – Marília, CAB – Rio Claro, CAEF – Rio Claro, D.A. – Rio Claro, DAFEIS – Ilha Solteira, CACH-Unicamp

Assinam também integrantes das gestões dos seguintes Centros e Diretórios Acadêmicos: CAPS – Medicina Botucatu, DACEL – Bauru, C.A. FATEC-SP, C.A. Biologia – Rio Claro, CAGEO – Ourinhos. E também assinam estudantes de Araraquara, Franca, Rosana e das FATECs Praia Grande e Santos.